

APRESENTAÇÃO¹

Flávia X. M. Paniz²

Gláucia S. Destro de Oliveira³

A proposta de organizar este dossiê surgiu no segundo semestre de 2016, como forma de criar um registro das diferentes perspectivas sobre os acontecimentos ocorridos ao longo do ano, e que pudesse ser utilizado como apoio nas pesquisas e reflexões futuras sobre este período, que ficou historicamente marcado pelo processo de votação do impeachment da ex presidenta eleita Dilma Rousseff, seguido de seu afastamento; pelos protestos contra a realização da copa do mundo; e a prisão de Rafael Braga, um catador de material reciclável que portava uma garrafa de produto de limpeza no contexto dos protestos no Rio de Janeiro. Estes últimos fatos, juntamente com o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza em 2013 e o assassinato de Cláudia Silva Ferreira em 2014, escandalizaram a situação de encarceramento em massa e genocídio da população negra e periférica e o processo de precarização no ensino público no país.

A educação básica e a superior voltaram a ocupar lugar de destaque no debate público nacional, seja por meio de política institucional –

¹ Este dossiê foi organizado durante os anos de 2016-2017, e devido ao processo de reestruturação editorial por qual passou a revista, sua publicação ocorreu apenas no primeiro semestre de 2018.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: flaviapaniz@gmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais (IFCH/UNICAMP) e docente temporária na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em Ciências Sociais. E-mail: gdestro@gmail.com

como os novos cortes de investimento na Educação que ocasionam a intensificação de problemas de manutenção e infraestrutura já existentes; e o contínuo processo de desvalorização da carreira docente –, seja através da forma como a política reflete na vida cotidiana das pessoas – como é caso da política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro e seu reflexo no acesso e segurança no espaço escolar em comunidades afetadas pelos conflitos, e também pelo cerceamento do conteúdo das discussões em sala de aula, como as discussões em torno de questões de gênero.

No ensino superior, por sua vez, os cortes nos repasses, que comprometem o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Universidades Estaduais e Federais brasileiras, a desvalorização e até mesmo suspensão do pagamento dos salários e benefícios de docentes e servidores ocasionaram uma nova onda de greves e paralisações. Neste processo, funcionárias, funcionários, alunas, alunos e professoras e professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual de Londrina (UEL), dentre outras, se mobilizaram publicamente para relatar a ausência de investimento e negociação com os respectivos governos estaduais que comprometem o funcionamento destas instituições de ensino e pesquisa. No contexto da Universidade Estadual de Campinas, a pauta central dos movimentos estudantis que aderiram à greve se concentrou sobre a luta pela implementação dos sistemas de cotas raciais e étnicas, foi encabeçada pela frente pró-cotas da Universidade e pelo Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP e culminou na histórica aprovação de cotas raciais e indígenas no vestibular de 2019.

As medidas que pautaram as mudanças na política educacional naquele ano, como a incorporação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações ao Ministério das Comunicações, reascenderam o debate em torno da celebre frase de Darcy Ribeiro que diz a crise da educação não é uma crise, mas um projeto. A proposta de reforma da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio; o processo de reorganização das escolas, que culminaram na superlotação e/ou fechamento de salas de aula em diferentes estados; as inúmeras tentativas de minar debates que envolvam questões de gênero e sexualidade no espaço escolar através da

elaboração de um suposto embate sobre neutralidade, ciência, ideologia e política no campo da educação, que acabou culminando na discussão sobre “ideologia de gênero” (termo amplamente contestado por pesquisadoras e pesquisadores da área de educação e de gênero) trazem à luz reflexões sobre a questão que atravessa a composição temática dos artigos presentes neste dossiê, de mostrar como os movimentos políticos ocorridos no ano de 2016 no campo da educação estão fortemente conectados com o processo de constituição do golpe.

O processo de formação das ocupações de diferentes escolas públicas do país e da construção das greves por diferentes categorias em dezenas de Universidades foram atravessados pelo mal-estar e assombramento coletivo provocado pelos discursos dos deputados na votação que resultou na deposição da ex presidenta em 17 de abril desse ano. Nesse cenário, surgiu a proposta de documentar o estado das condições materiais e da sentimentalidade coletiva no curso da situação, sabendo que se trata de expor diferentes narrativas sobre esse mesmo período.

Deste modo, a especificidade deste dossiê decorre não somente da particularidade da busca por retratos do Brasil de 2016, mas também da abertura e acolhida de perspectivas políticas de sujeitos que tradicionalmente não ocupam os espaços de publicação científica. Assim, a Revista *Temáticas*, valendo-se de sua autonomia institucional e política e para ampliar o escopo de autoras e autores para além dos espaços científicos, convidou alunas e alunos que participavam dos movimentos de ocupações das escolas públicas, professoras e professores das redes Municipais e Estaduais de Ensino, funcionárias e funcionários, estudantes de graduação e pós, via de regra, organizados e mobilizados através dos grupos que se formaram nos espaços de greve para narrarem suas experiências e percepções nesta edição. O resultado desta empreitada é um trabalho que concentra múltiplos esforços de abordagens de questões de mobilizações, gênero, raça e classe na ciência, na política e na educação do Brasil de 2016.

Este volume conta, então, com dois artigos sobre (e das) ocupações de escolas. O “Ocupa Mendes: Quando a droga da obediência não funciona mais!” é um registro do movimento secundarista e foi elaborado

por quatro estudantes e uma professora do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes – a primeira escola ocupada no estado do Rio de Janeiro. E, em “Não tem arrego! Vocês tiram nossos direitos e nós tiramos seu sossego!”, Isabela Gonçalves, – secundarista da Escola Estadual Dom Barreto em Campinas (SP) – também reconstrói o cenário que culminou na ocupação da escola da qual faz parte, trazendo detalhes de sua dinâmica e expectativas.

Ainda em torno da discussão de precarização do ensino, o “A corte e a corte: o que a crise orçamentária e política da Unicamp” foi resultado do debate realizado pelo grupo de trabalho em torno de questões orçamentárias da Universidade Estadual de Campinas durante a greve de 2016. O texto foi elaborado conjuntamente por dez estudantes de pós-graduação do IFCH.

Em “A greve das federais e os desafios de mobilização na Pós-Graduação”, João Pedro de Lima Campos desenvolve reflexões sobre as atuações do governo no ensino e na ciência e apresenta os desafios de mobilizações entre os pós-graduandos durante a greve na Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 2015.

Em “La mercantilización de la Educación Superior y la irrupción del Movimiento Estudiantil en Chile (2006 / 2011)”, Mía Dragnic García e Raúl Ortiz-Contreras recuperam o contexto e às reações dos estudantes frente às iniciativas do governo chileno acerca da educação superior.

Na continuidade do tema sobre movimentações políticas no contexto contemporâneo, em “Sobre greve, liberdade e rinocerontes” Eros Sester e Sara Vieira Antunes resenham uma peça teatral com a finalidade de pensar desigualdades, espetacularização da vida e brutalização presentes no cotidiano em 2016.

Na esteira do governo interino, em “A (in)constância do provisório: 20 dias de governo interino na mídia”, Elizabete P. Garcia, Lúcia Torres, Lorena Aragão, Maiane F. Ribeiro, Maiara Dourado, Marina Sousa, Nashieli R. Loera analisam o processo de construção midiática do impeachment que levou à imposição do governo de Michel Temer.

Giulia Mendes Gambassi e Thaís Tiemi da Silva Yamasaki, em “A bela e a fera: as mulheres e a política no discurso midiático”, discorrem

acerca da produção de feminilidades e relações de gênero através da abordagem da mídia de Dilma Roussef e Marcela Temer.

Em “As mulheres no campo político: gramáticas discursivas em torno de gênero no contexto do impeachment”, Lauren Zeytounlian, Lorena R. P. Caminhas, Marcela Vasco, Natália Negretti e Vanessa Ponte apontam como a cobertura dos meios de comunicação sobre o golpe no cenário político nacional também foi atravessada por discursos sobre relações de gênero.

Juliana Spagnol Sechinato e Rodrigo Fessel Sega retratam as tensões, as desavenças e os constrangimentos na esfera familiar presentes durante o processo do impeachment no ensaio “Relações Familiares, Gênero e o Grande Contrário: tonalidades totalitárias no Brasil da crise”.

Ainda no contexto de golpe, em “Ideologia de gênero? notas para um debate sobre políticas e violências institucionais”, Alex Barreiro, Flávio Santiago, Nathanael Araújo e Tiago Luis Coelho trabalham temas que contornam a discussão acerca de papéis de gênero na escola no contexto de Campinas (SP).

Este dossiê conta ainda com dois artigos escritos por convidados: “Nada novo em 400 homens brancos decidirem o destino do Brasil”, de Mário Augusto Medeiros da Silva – que abre a nossa edição – para traçar uma leitura sobre as mudanças políticas no cenário nacional de 2016 e a luta antirracista dentro e fora das Universidades. E “#OCUPAPARANÁ – As ocupações das escolas públicas paranaense em outubro de 2016” no qual Conrado P. Minucelli, Jaqueline A. A. dos Santos e Osmir Dombrowski exploram as reações dos secundaristas em resposta às iniciativas do governo, de modo a recuperar marcos importantes de estado em tal movimentação política no contexto paranaense.

Este dossiê flana por temas amplos que ganharam destaque em 2016 e pontua algumas das discussões presentes no contexto da educação e da política durante esse ano. Em razão do caráter de registro de um contexto social e político deflagrado concomitante à redação e entrega dos artigos, esta edição é lançada em 2018, quando o processo de organização e de produção da revista são finalizados. Com a abertura para recepção de textos produzidos por secundaristas, professoras e professores das redes

públicas de ensino, alunas e alunos de graduação e de pós-graduação de diferentes universidades e também docentes das Universidades públicas brasileiras, acreditamos que este trabalho pode oferecer perspectivas de análise diversificadas sobre esse ano tão marcante no cenário brasileiro contemporâneo. Assim, através destes registros, esperamos que ele se torne um documento de época na condição de fonte e objeto para pesquisas futuras e que, por fim, permita compreender que como as disputas políticas, em diferentes campos, na via institucional e na vida cotidiana, são marcadas por disputas por nomeação das categorias que constituem a própria noção de narrativa. Desta forma, o uso do termo “golpe”, as reflexões sobre gênero, política e educação refletem a posição das organizadoras frente às disputas políticas na construção de um léxico sobre esse ano.